

ESCOLAS PÚBLICAS DO CAMPO: PLANEJAMENTO COLETIVO INTERDISCIPLINAR E REDE DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES

Cecília Maria Ghedini¹

Eixo 1 – Escolas Públicas do Campo, Práticas Pedagógicas e iniciativas estudantis.

Resumo: A Educação do Campo nestes quase vinte anos, contrapôs-se à lógica da Educação Rural, foram inúmeras as referências produzidas no âmbito da Educação Pública, desde a Educação Básica até os cursos no Ensino Superior. A modalidade da Educação do Campo tomada como “ferramenta”, conta com estas referências históricas produzidas que possibilitam relações entre a educação, o projeto de desenvolvimento socioeconômico-cultural, a realidade próxima da escola e o trato do conhecimento e se dá com movimentações regulares que constituem uma tecitura formativa à escola, ancoradouro à uma forma de organizar a escola, capaz de criar fissuras à forma histórica escolar. No ano de 2015, a partir de uma necessidade de Escolas Públicas do Campo da rede estadual de ensino, na região sudoeste do Estado do Paraná, inicia-se um projeto de extensão com a Unioeste – Campus de Francisco Beltrão – PR. Dois grandes desafios se colocam a este processo que inicia: a formação continuada de professores no contexto de contratações temporárias e o fechamento de escolas, por conta da diminuição da população das áreas rurais e também pela crença por parte das famílias, de que as escolas situadas na cidade são melhores. Neste contexto, compreende-se que a modalidade, embora seja uma “faca de dois gumes”, poderia dar conta dessa situação, pois sua implementação com qualidade quem sabe, resolveria estes dois limites: lotar professores nas escolas do campo de forma diferenciada e, ao mesmo tempo, criar outras formas de espaço, tempo e trato dos conteúdos. Com este intuito passasse a produzir um instrumental metodológico ressignificado ou mesmo produzidos neste processo de rearticulação das escolas. Estas movimentações levaram a criar a rede de formação de educadores, com base em diversas ações e atividades desdobradas pela necessidade de o acompanhamento às Escolas Públicas do Campo e formação continuada de professores.

Palavras-Chave: Educação do Campo. Planejamento Coletivo Interdisciplinar. Formação de Professores.

1. Introdução

Na história do país, a Escola Pública do Campo foi “abandonada” pelos governos, considerada e tratada como uma necessidade elementar, não como um espaço prioritário de educação e formação dos povos do campo (CALAZANS, 1993). Desse modo, culturalmente,

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão – Paraná – Brasil. E-mail cemaghe@gmail.com

produziu-se uma lógica que contrapunha a escola da cidade à escola pública do campo, fazendo com que esta passasse a ser compreendida como um escola “mais ruim” que a escola da cidade.

A Educação do Campo, tendo como base as referências históricas da Educação Popular e dos Movimentos Sociais Populares é batizada sob este nome no Brasil, no ano de 1998. O primeiro dispositivo legal data de 2002 e, neste espaço de tempo, outros são promulgados até que em 2010, tem-se um Decreto Presidencial (Nº 7.352 de 4/11/2010),² que a eleva à categoria de política de Estado e, uma Resolução (MEC/CNE/CEB 04/2010)³, à modalidade educacional.

Nestes quase vinte anos, contrapondo-se à lógica da Educação Rural foram inúmeras as referências produzidas no âmbito da Educação Pública, desde a Educação Básica até os cursos no Ensino Superior. Nos anos 2013 a 2015 vivem-se situações atípicas no país em relação à situação política do período anterior, com confrontos da iniciativa privada neste caso, principalmente no que se refere ao fechamento das escolas do campo, que se estende até a atualidade, com a eleição de um governante que representa o atraso e o despreparo no sentido de projeto de país. Em relação a esta política, estimam-se grandes retrocessos. Contudo, segue-se mantendo firmes as iniciativas e processos em curso, apostando na resistência e enfrentamento ao desmonte ultraliberal e conservador.

Mesmo com estas contradições e, com esta base histórica e legal se produz uma referência com Escolas Públicas do Campo na Região Sudoeste do Estado do Paraná, iniciada no ano de 2015, que foi tomando corpo e ampliando-se até a presente data. Tem como meta produzir referências nas relações de conteúdo e método para a modalidade da Educação do Campo. Conta-se com seis escolas acompanhadas diretamente e, no âmbito do Núcleo Regional de Educação (NRE) são mais 40 escolas que, indiretamente, se apropriam desta referência, também por falta de estrutura para o acompanhamento direto.

² BRASIL. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de educação do campo e o programa nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. 05 nov. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 10 fev. 2018.

³ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992&Itemid=866>. Acesso em: 31 dez. 2012.

2. Movimentações que solapam a forma histórica escolar da Educação Rural

A modalidade da Educação do Campo tomada como “ferramenta”, conta com as referências históricas produzidas que possibilitam relações entre a educação, o projeto de desenvolvimento socioeconômico-cultural, a realidade próxima da escola e o trato do conhecimento e se dá com movimentações regulares que constituem uma tecitura formativa à escola, ancoradouro à uma forma de organizar a Escola Pública do Campo, capaz de criar fissuras à forma histórica escolar.

Compreende-se que tal tecitura produzida ao longo dos últimos anos, carrega essa potencialidade na medida que, pela regularidade que acontece, estabelece novos vínculos com os coletivos individuais e sociais.

A primeira dimensão – território, lugar, trabalho e cultura – “ancora-se” no eixo da luta pela terra, pela especificidade do lugar e dos sujeitos que ali vivem, e enraíza-se no projeto de desenvolvimento socioeconômico-cultural [...]. Tratados como segunda dimensão da escola do campo, os coletivos e a auto-organização dos estudantes “ancoram-se” no eixo da luta por condições para produzir e reproduzir-se no território [...]. Referida à forma de tratar o conhecimento escolar, a terceira dimensão – tempos, espaços e trato do conhecimento – “ancora-se” no eixo da luta pela concretização do direito à educação e à escola [...] nos diversos níveis de ensino e da formação de professores (GHEDINI, 2017, p. 369).

À medida que as movimentações destas dimensões se materializam, constituem descentramentos em relação à escola, pela dimensão formativo-educativa e pelos modos específicos na forma de tratar o conhecimento, intencionalmente. Assim, desarruma o que está posto pela “ordem natural” de como se “faz” a escola, pois consegue atuar nas contradições e produzir sínteses com elementos novos, o que promove uma experiência escolar instituinte de uma escola de novo tipo.

Acredita-se que este instrumental metodológico, tem potencial para confrontar a internalização que se produz pelo sistema sócio-histórico-cultural hegemônico, como diz Mészáros (2005). Esta internalização logra êxito pela lógica que a própria escola produz que, repetida e objetivamente vivida, vai também amalgamar-se à subjetividade dos sujeitos e à lógica da vida dos sujeitos e da própria escola.

Thompson (1981) mostra como as produções sociais produzem consciência e cultura pela experiência. Neste caso, a aposta é que esta experiência possibilitada por uma consciência e cultura

que descentra a escola, na medida em que vai solapando as cristalizações da escola rural, produza avanços em relação à forma escolar da escola rural.

Ao desenvolver-se com estas movimentações, a Educação do Campo tomada como processo, põe em curso lógicas formativo-educativas produzidas historicamente, como referências que fazem parte do projeto educativo dos Movimentos Sociais Populares (MSP). Na atualidade, na medida em que se rearticulam escolas públicas que estão no campo em projetos de escola que incorporam tais referências, as relações advindas destas lógicas demarcam a diferença destas escolas pois, ao desenvolverem estes projetos, desvelam-se também disputas de projetos maiores em curso no campo brasileiro.

Na lógica formativa a materialidade conhecida é o ponto partida desde a realidade, suas contradições e potencialidades, do trabalho como desvendamento da condição humana e da desalienação das relações sociais, com potência para produzir novas subjetividades. Esta dimensão combina-se com a lógica educativa produzida nas ações da função específica da escola pela apropriação dos instrumentos e do conhecimento escolar, privilegiando as relações de estudo e ensino.

Essas duas lógicas desenvolvem movimentações “para dentro” e “para fora” da escola, através de um instrumental metodológico próprio, deste modo, as relações de aprendizagem, para além de sua especificidade escolar, passam a construir ou reconstruir vínculos com as pessoas que ali vivem, seu trabalho, sua cultura, suas organizações, seu espaço e tempo histórico e, assim, produz-se conhecimento e resistência para fortalecer esta escola pública do campo.

Dois grandes desafios se colocam nesta perspectiva: a formação continuada de professores no contexto de contratações temporárias em que a rotatividade esfaca os vínculos com o trabalho e a identificação com as escolas e suas relações e, o fechamento de escolas por conta da diminuição da população das áreas rurais e também pela crença por parte das famílias de que as escolas situadas na cidade são melhores, o que gera certo conformismo, também, nas escolas, pois parece que estão fadadas a desaparecer. Compreende-se que a modalidade, embora seja uma “faca de dois gumes”, poderia dar conta dessa situação neste momento, pois sua implementação com qualidade que sabe resolveria estes dois limites: lotar professores nas escolas do campo de forma diferenciada e, ao mesmo tempo, criar outras formas de espaço, tempo e trato dos conteúdos.

3. Referenciais que provocam a forma história escolar

No ano de 2015, a partir de uma necessidade de Escolas Públicas do Campo na região sudoeste do Estado do Paraná, inicia-se um projeto de extensão com Escolas Públicas do Campo da rede estadual de ensino do Ensino Fundamental II (EF II) e Ensino Médio (EM). Toma-se como base as referências históricas da Educação do Campo no Brasil (CALDART, 2000 e 2012; MUNARIM, 2008; GHEDINI, 2017), a legislação vigente (BRASIL, 2010a) e sua institucionalização pela modalidade educacional (BRASIL, 2010b), para disputar o direito à educação dos povos do campo, com o mesmo nível de acesso e aproveitamento que as escolas da cidade.

Em 2015 inicia-se com duas escolas do município de Enéas Marques e uma escola no município de Francisco Beltrão, no ano de 2017, três escolas do município de Verê passam a participar do processo. Das seis escolas participantes, duas delas têm EM, ao todo se alcança diretamente em torno de 90 docentes, 400 estudantes e umas 250 famílias.

No primeiro momento (de meados 2015 até julho 2017), centrou-se na formação continuada dos educadores desde suas práticas, com foco na falta de vínculos entre a escola e o grupo de professores por conta do Processo Seletivo Simplificado (PSS), num segundo plano iniciam-se algumas práticas com os estudantes buscando problematizar a fragmentação e repetição dos conteúdos das disciplinas. Passa-se então a construir um instrumental metodológico que sustente outras formas para conduzir o processo de ensino-aprendizagem e as práticas pedagógicas, implementando o acompanhamento às escolas: professores e estudantes com a intencionalidade de criar conteúdo e método para a modalidade de Educação do Campo, como trata o objetivo do projeto de Extensão: Desenvolver um trabalho nas Escolas Públicas do Campo embasado nas garantias legais conquistadas pela Educação do Campo, visando a criação de conteúdo e forma para a modalidade da Educação do Campo priorizando ações de formação de professores, planejamento coletivo interdisciplinar e, inserção da escola do campo na comunidade e articulação local e regional. esta modalidade educacional, apesar de aprovada pela legislação, permanece inerte seja nos desdobramentos da forma escolar ou das práticas pedagógicas (BRASIL, 2010b).

Neste período de tempo em que se desenvolve o processo de extensão junto às escolas, percebe-se também que, o fato de cada ano, os professores serem obrigados a deixar a escola e o processo construído por conta da forma de contratação do PSS, prejudicava também o trabalho e

desanimava os professores. A partir desta contradição que estrangula o processo de formação-educação na escola, pensa-se numa mediação que os mantivesse articulados em torno da formação em curso criando condições de identificação vínculos como grupo de professores e projeto de escola e passa-se a organizar uma rede de formação de educadores buscando responder a esta demanda que desarticulava o trabalho.

Desse modo, a partir de setembro de 2017, o Projeto de Extensão torna-se permanente e passa a atuar em duas frentes: a rearticulação destas escolas públicas do campo na perspectiva de sistematizar possibilidades de conteúdo e forma à modalidade da Educação do Campo e, neste processo intenso de formação, a organização de uma Rede de Formação Continuada de Professores do Campo: "Rede de Formação de Educadores pelo fortalecimento das escolas públicas do campo: caminhos de conhecimento e resistência – Refocar".

Processualmente, desde 2015, ancorados nas referências históricas que compõem a experiência que produziu a Educação do Campo no país (GHEDINI, 2017), e que estão em curso em diferentes níveis e intensidades em inúmeras escolas públicas nos processos de Educação do Campo, passa-se a produzir um instrumental metodológico. Toma-se como base o que está em curso no estado e no país, recriando-se alguns instrumentos, assim como estratégias de formação continuada dos professores, com base na realidade dos municípios e nas condições o trabalho nas escolas.

Esta organização da prática pedagógica da escola pública do campo é mediada pelo acompanhamento e auto-organização aos/dos professores e estudantes e à escola. Compõem-se por ações regulares, com instrumentos metodológicos próprios que alcançam num primeiro plano a formação dos professores, seguidos da sala de aula e nela, o ensino e o estudo e a organização do espaço da escola promovendo um ambiente educativo.

Esta formação com ponto de partida no trabalho pedagógico da escola tem como foco o Planejamento Coletivo e Interdisciplinar, pois se acredita que a interdisciplinaridade pode ampliar a apropriação do conhecimento pelos estudantes, na medida em que se diminui a fragmentação por aproximar conteúdos das disciplinas. Ao mesmo tempo, se reconstruem os sentidos do trato com o conhecimento escolar ao identificar os conceitos estudados na realidade dos entornos da escola. Nesta movimentação, pedagogicamente, também, aumentam-se os vínculos entre escola, comunidades, famílias, estudantes e professores.

É por estas convicções e constatações que se toma como ponto de partida a prática pedagógica, iniciando pela forma de planejar que passa a se organizar com movimentações coletivas e interdisciplinares, tendo como ponto de partida espaços e instrumentais conhecidos e utilizados pelos professores e outros, novos. Estes ressignificados ou mesmo produzidos neste processo de rearticulação das escolas como: as Trilhas Escola e Família, o Dossiê da Realidade dos Entornos da Escola, as Varandas de Partilha, o próprio Planejamento Coletivo Interdisciplinar com o Mapa de Conteúdos, o Círculo de Saberes e Conhecimentos, as Jornadas de Saberes e Planejamento e a Auto-organização na sala de aula⁴.

Como vimos, o planejamento coletivo interdisciplinar se organiza com as movimentações “para dentro” e “para fora” da escola. Na prática pedagógica, a certa altura do processo, estas movimentações entrelaçam-se numa mesma movimentação: o conhecimento historicamente sistematizado, a vida e a realidade onde se insere a escola e vivem os estudantes e suas famílias.

No Plano de trabalho construído no processo de planejamento, considerando-se as movimentações para “dentro” da escola tem-se as disciplinas, os conteúdos e conceitos e a avaliação. Considerando-se as movimentações para “fora” da escola, conta-se com o Inventário da Realidade registrado no Dossiê da Realidade dos Entornos da Escola, que traz as Fontes Educativas e as Porções da Realidade, os Encaminhamentos Metodológicos e a Atividade de Encontro das Disciplinas.

Na movimentação do ensino do conhecimento historicamente sistematizado, se tratam dos conteúdos, conceitos e objetivos das disciplinas a partir das Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs), buscando aproximar estas disciplinas entre si, desde os conteúdos e conceitos na perspectiva da interdisciplinaridade. Ressalta-se que esta aproximação não vem da realidade, mas

⁴ As referências históricas construídas pelos Movimentos Sociais, tendo como protagonista o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em Educação do Campo foram várias. Podes-se destacar os Temas Geradores na perspectiva freireana, o Tempo (e espaço) Comunidade no Sistema de Alternância, os Eixos Temáticos, os Projetos de Vida entre outros. No ano de 2006, as DCEs da Educação do Campo, retomam a importância de que, no trato do conhecimento, a escola leve em conta a realidade em que se insere (SEED, 2006). Em várias escolas esta dimensão passou a fazer parte como mediação pedagógica. Mais recentemente foi desenvolvido um importante experimento e referência nas Escolas Itinerantes do Estado do Paraná, com os Complexos de Estudo (PISTRA K, 2003 e 2009) com base no Inventário da Realidade. O processo em curso neste projeto de extensão articula sentidos e significados destas referências, contudo optou-se por trabalhar de forma diferenciada, levando em conta a realidade da escola pública do campo e seu contexto. Um desses exemplos é o inventário da realidade que, se inicia em 2015 como um diagnóstico simples, mas, em 2017 incorpora parte do material sistematizado em Caldart (2016). A orientação posta no material indica que se faça uma experimentação prática nas escolas para dar continuidade a esta construção coletiva. De certa forma é o que se faz no projeto, o material foi adaptado para dar conta das condições de trabalho dos professores e do cotidiano das escolas (GHEDINI e BERTÉ, 2018).

parte dos conceitos que estão postos como necessidade de aprendizagem, identificados estes conceitos, busca-se esta realidade a fim de que possam ser potencializados e melhor apropriados.

Na movimentação com o Inventário da Realidade, se identifica uma Fonte Educativa e uma Porção da Realidade que catalise os conteúdos e conceitos pela potencialidade presente na materialidade da existência dos sujeitos. A partir deste trabalho na sala de aula, que articula o ensino do professor ao estudo dos alunos, se desenvolvem os Encaminhamentos Metodológicos, a Atividade de Encontro das Disciplinas e a Avaliação.

Em um dos momentos da auto-organização dos estudantes, eles têm acesso ao planejamento coletivo da série, que fica exposto na sala de aula, juntamente com outros instrumentos, a partir dos quais os estudantes se organizam para cumprir as atividades e as tarefas e que lhes cabem, contando com a organização dos grupos em sala de aula.

As Trilhas Escola e Família, realizadas até duas vezes durante o ano letivo, tem a intencionalidade de inserir a escola nas comunidades, conhecer a realidade, as peculiaridades da vida, do trabalho e da cultura dos estudantes e estabelecer vínculos entre os sujeitos e a instituição educativa. Além disso, este encontro entre professores, famílias e estudantes nas condições concretas da vida, adensa em conhecimento para o Dossiê da Realidade dos entornos da escola na medida em que as informações já contidas são encorpadas pelas observações nas relações e dados concretos percebidos nos encontros e caminhadas realizados.

O Círculo de Saberes e Conhecimentos é outra mediação que se dá ao final de cada trimestre, por meio do qual se reúnem as turmas de um mesmo período escolar e, cada uma socializa o conhecimento apropriado através da Atividade de Encontro das Disciplinas. A cada semestre organiza-se a Varanda de Partilha com ações culturais, de trabalho, de estudo, de integração com as comunidades, agregando-se às festas como a Festa Junina, mostras de trabalhos, feirinhas de alimentos e artesanato, grupos de dança entre outros, convidam-se também escolas próximas tanto da rede municipal quanto estadual.

Estas movimentações levaram a criar a rede de formação de educadores com base em diversas ações e atividades dali desdobradas pela necessidade, como: o acompanhamento às Escolas Públicas do Campo, a coordenação e execução de um Grupo Permanente de Estudos como um espaço regular de troca, aprofundamento e produção de vínculos entre educadores, teoria e prática. Além disso, o acompanhamento ao Coletivo de Educação das Escolas com a representação das

comunidades dos entornos da escola, das organizações sociais e instituições, os intercâmbios e viagens de estudos que buscam conhecer escolas, projetos de trabalho e renda no campo, manifestações culturais, espaços históricos entre outros.

Cada uma destas ações e dimensões é sistematizada buscando-se avançar de modo a produzir referenciais em Educação do Campo dando conteúdo e forma à modalidade da Educação do Campo. Dentre as sistematizações a serem produzidas, organizou-se um Caderno que inicia a Série Escolas Públicas do Campo⁵.

4. Considerações Finais

O trabalho que se desenvolve neste projeto de extensão tem se mostrado bastante animador no que se refere a constituir coletivos de educadores (professores, agentes e equipes diretivas das escolas) voltados ao fortalecimento das escolas públicas do campo, contudo, ainda são grandes os desafios a fim de se alcançar uma apropriação mais plena do conhecimento historicamente sistematizado por parte dos alunos.

Contudo, considera-se que a criação da Rede de Formação, tende a consolidar um grupo de professores que fortaleça e amplie as lutas por escolas públicas do campo, por dentro da escola, fazendo frente ao não-fechamento. Que estas escolas possam garantir o acesso ao conhecimento científico e estejam inseridas no lugar onde vivem estas famílias do campo, tenham estrutura adequada e mediações que possibilitem a estes estudantes reconhecerem-se como sujeitos de um tempo, de um lugar e de uma cultura específica, sem abrir mão do direito universal à educação.

Além disso, a participação nos espaços coletivos da Educação do Campo como a Articulação Sudoeste e Paranaense de Educação do Campo e do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) possibilitou aos professores da escola pública, expressar sua luta e manter-se na resistência, principalmente pelo fortalecimento e pelo não-fechamento das escolas públicas do campo.

Este trabalho, portanto, constitui-se de movimentações com a pretensão de fazer avançar os sujeitos coletivos e individuais no sentido de sua emancipação, ou seja, produzem-se sustentações

⁵ Este instrumental foi sistematizado na forma de um caderno, com linguagem acessível trazendo o mapa de conteúdos, de forma a subsidiar o trabalho: “Cadernos Escolas Públicas do Campo – Volume I: Planejamento Coletivo Interdisciplinar e Instrumental Metodológico”.

concretas a fim de ancorar estes sujeitos e fortalecê-los para que a luta maior se realize também nestes processos e, neste caso, pela educação escolar e pública.

Referências:

BRASIL. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a Política de educação do campo e o programa nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. 05 nov. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992&Itemid=866>. Acesso em: 31 dez. 2012.

GHEDINI, Cecília Maria e BERTÉ, Rosane (Org.). **Planejamento Coletivo Interdisciplinar e Instrumental Metodológico:** Produção de referências com as Escolas Públicas do Campo – Sudoeste do Paraná, 2018.

GHEDINI, Cecília Maria. **A Produção da Educação do Campo no Brasil:** das referências históricas à institucionalização. Jundiaí: Paco Editorial: 2017.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.** Governo Do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Curitiba, PR: SEED, 2006.

PISTRAK, Moisey. **A Escola-Comuna.** Trad. de Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PISTRAK, Moisey. **Fundamentos da escola do trabalho.** Trad. de Luiz Carlos de Freitas. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra:** escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MUNARIM, Antônio. Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu. **Trabalhos GTs.** Caxambu, 2008. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT03-4244--Int.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2013.